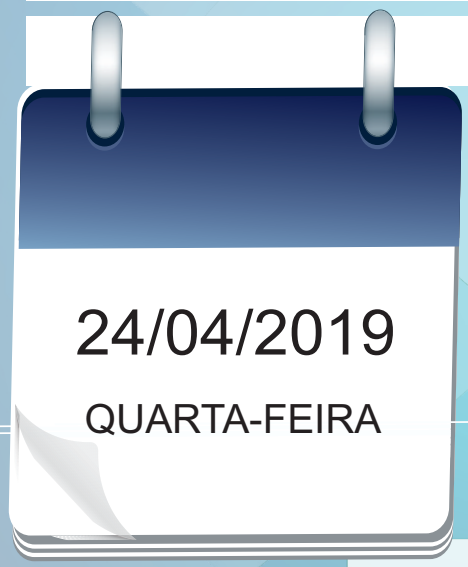
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

OPÇÃO

TCE anuncia utilização de robô para buscar irregularidades em licitações

23/04/2019 17:11 ··· Por Luiz Phillipe Araújo ···

Atuação de "Alice" deve poupar trabalho mecânico de servidores, que, segundo o Tribunal, poderão ser remanejados para outras atividades de auditoria

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) anunciou nesta terça-feira, 23, a chegada de Alice, um robô que analisa licitações da Administração Pública. A nova contratada do Tribunal deve começar operar em outubro deste ano. Alice é capaz de cruzar dados e verificar, por exemplo, se as empresas concorrentes têm sócios em comum.

Criada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2015, em seguida utilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a robô vai poupar o trabalho mecânico de vários servidores, que poderão ser locados em outras atividades de auditoria. A proposta da Secretaria de Controle Externo do Tribunal é utilizar Alice para analisar, em tempo real, todas as licitações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Segundo o chefe do Serviço de Informações Estratégicas do TCE-GO, Maurício Barros de Jesus, a ferramenta está sendo aprimorada com a contribuição de todos os TCs do Brasil, por meio da rede InfoContas, criada pela Atricon.

"O desenvolvimento de soluções em rede tem como vantagens a otimização de esforços, redução dos custos e o compartilhamento das experiências entre os TCs, permitindo uma ação de controle a nível nacional, sem a necessidade de que cada Tribunal desenvolva sua própria solução", afirma Maurício.

DIÁRIO DA MANHÃ

CGE constata desvios do Pronatec na UEG

Por se tratar de verbas da União, levantamentos serão encaminhados também para o Tribunal de Contas da União, Ministério da Educação e Polícia Federal

Por se tratar de verbas da União, levantamentos serão encaminhados também para o Tribunal de Contas da União, Ministério da Educação e Polícia Federal

DA REDAÇÃO

Uma inspeção realizada pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) na Universidade Estadual de Goiás (UEG) revelou o desvirtuamento de recursos públicos na execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) pela instituição.

Ao analisar as contas de 2018, a CGE constatou que a UEG recebeu R$ 8,99 milhões do Pronatec e utilizou R$ 8,65 milhões em despesas com pessoal. Desse total, R$ 4,8 milhões — ou seja, 53,4% do valor — foram gastos com 248 pessoas do apoio administrativo. A fatia inclui o reitor e membros da alta direção da Universidade. Outros R$ 2,3 milhões (26,1%) foram pagos a 324 professores e R$ 1,4 milhão (16,5%) repassado a 4.192 alunos.

O Pronatec, que utiliza recursos federais, tem como foco principal ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Os objetivos estão voltados ao atendimento prioritariamente estudantes, trabalhadores e beneficiários de programas federais de transferência de renda, tais como o Bolsa-Família, por exemplo.

O que se nota é que na UEG, de acordo com a inspeção da CGE, os recursos foram utilizados em sua maioria para bancar um pequeno número de pessoas da área administrativa, enquanto a área-fim do programa recebeu a menor parte.

Pelo levantamento, apenas os 17 maiores beneficiários de apoio administrativo do Pronatec na UEG receberam juntos, em 2018, R$ 1,29 milhão, que corresponde a 26,8% do total gasto com pessoal.

De acordo com o relatório, houve a distribuição de bolsas a profissionais de apoio administrativo, sem a apresentação de critérios de escolha e definição dos valores individuais dessas bolsas, em cifras substancialmente superiores às praticadas na área federal.

Como exemplo, o reitor Haroldo Reimer e o pro-reitor Marcos Antônio Cunha receberam R$ 97,5 mil no ano e a chefe de gabinete recebeu R$ 96,6 mil, enquanto resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estipula que o máximo que o bolsista poderia receber seria R$ 48 mil para os dois primeiros e de R42,2 mil para a última.

Esses valores correspondem aos bolsistas que exercem carga horária semanal máxima de 20 horas dedicadas ao programa. Essa discrepância se repete em boa parte dos profissionais administrativos contratados.

O relatório com os dados da inspeção e recomendações para adequação à legislação federal foi encaminhado à UEG, que deve informar a CGE sobre as providências tomadas. A CGE também repassará hoje (23/4) o relatório para o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Delegacia Estadual de Repressão a Crimes contra a Administração Púbica (Decarp), para conhecimento e medidas cabíveis.

Por se tratar de verbas da União, será encaminhado também para o Tribunal de Contas da União, Ministério da Educação e Polícia Federal.

OUTRO LADO

A UEG informou, por meio de nota, que recebeu da Controladoria Geral do Estado diversas orientações a respeito do oferecimento de cursos pelo Pronatec. As medidas, segundo a instituição, foram seguidas de imediato e estão em vigor no oferecimento MédioTec/2019.